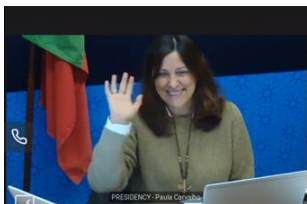


Newsletter

Março de 2021



15.ª Comissão das Medidas Fitossanitárias (CPM15)

No âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, a DGAV presidiu às reuniões do grupo de trabalho do Conselho para preparação da posição comum na 15.ª Comissão das Medidas Fitossanitárias (CPM15), da Convenção Internacional da Proteção das Plantas (IPPC) da FAO. Foi também assegurada a defesa das posições comuns na CPM15, onde participaram representantes das autoridades fitossanitárias de 115 países

Nesta CPM15, foram discutidos vários assuntos relacionados com as normas internacionais a aplicar ao movimento de vegetais e produtos vegetais para salvaguarda fitossanitária dos territórios dos países signatários da convenção, dos quais destacamos a aprovação do IPPC Strategic Framework 2020-2030 e a adoção da CPM Recommendation R-09 (Safe provision of food and other humanitarian aid to prevent the introduction of plant pests during an emergency situation).

Para mais informações consulte:

<https://www.ippc.int/en/cpm-sessions/cpm-15/>

De realçar o sucesso alcançado com todas as propostas da UE aprovadas pela CPM15.



Ovinos da ESA-IPCB re inauguram certificação do Borrego da Beira

A Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Castelo Branco, produtora de raças autóctones de ovinos em risco de extinção, em parceria com a Oviger, unidade de abate sediada em Alcains, reativaram a marca Borrego da Beira e a sua certificação com IGP (Indicação Geográfica Protegida) de forma a valorizar este produto no mercado nacional. Ante a falta de competitividade face a sistemas mais rentáveis e a raças exóticas puras ou cruzadas, a iniciativa serve de incentivo aos produtores das raças autóctones Merino da Beira Baixa, Churra do Campo e Churra Mondgueira, que em conjunto podem planear épocas de abate da descendência e ganhar escala.

Junto da população, trata-se também de alargar as épocas de consumo de animais com carcaças pequenas mas, pelas suas características organolépticas, muito apreciados na gastronomia em épocas festivas como o Natal ou a Páscoa.

Com vista a realizar um estudo sobre a qualidade desta carne, a Estação Zootécnica Nacional procedeu a uma colheita de amostra do músculo *longissimus dorsi* para análise da sua composição. Os primeiros borregos certificados, maioritariamente machos, foram abatidos em dezembro último, sendo procedentes do efetivo ovino de Merino da Beira Baixa e Churra do Campo da ESA. Optou-se por preservar as fêmeas enquanto futuras reprodutoras naquele efetivo ou noutros que venham a surgir. Para além do IPCB, o processo de promoção e conservação destas raças ameaçadas conta com o apoio dos pecuários da região, das associações de produtores e da autarquia do Fundão.

> Saiba mais: [Vídeo Youtube](#)



1.ª DIGITAL AGRIFOOD SUMMIT PORTUGAL - INFOGRAFIA

No âmbito da avaliação do impacto da 1.ª DIGITAL AGRIFOOD SUMMIT PORTUGAL, apresenta-se a [INFOGRAFIA](#) com alguns indicadores mais relevantes selecionados pelos promotores do evento realizado no passado mês de janeiro.

Da análise verifica-se que o balanço foi considerado, por todos quantos participaram e visitaram, muito positivo e motivador para continuar a promover o setor, as empresas, as marcas e Portugal, também no digital.

A coordenação e interação do Portuguese Agrifood Cluster, em colaboração com a ViniPortugal, com o Ministério da Agricultura, a Secretaria de Estado da Internacionalização e a AICEP, com o apoio do COMPETE e da FIPA, tornaram possível a realização desta montra do agroalimentar português que demonstrou a sua capacidade de adaptação e resiliência, procurando, em tempos tão difíceis e desafiantes, novas formas de manter a imagem de um sector inovador.

A DGAV colaborou neste evento através da realização do workshop, tendo sido reconhecido pela organização o importante contributo para o esclarecimento dos participantes no certame.



Exportação para o Azerbaijão de Pintos do Dia

Foram estabelecidas as condições sanitárias para exportação de pintos do dia de Portugal para o Azerbaijão.

Após contato em novembro de 2019 junto dos Serviços Veterinários Oficiais do Azerbaijão, no sentido de obter a indicação dos requisitos sanitários aplicáveis, e discussão das condições sanitárias exigidas, foi obtida em março de 2021 a aprovação por parte do Azerbaijão e disponível a certificação sanitária respetiva.

As Direções de Serviços de Alimentação e Veterinária Regionais/Regiões Autónomas ([DSAVR/RA](#)) têm disponível a certificação sanitária oficial a emitir no contexto.



Exportação para as Ilhas Maurícias de Peixes Ornamentais

Estão estabelecidas as condições sanitárias para exportação de peixes ornamentais de Portugal para as Ilhas Maurícias, após manifestação de interesse de exportação por Portugal, em fevereiro de 2020, no sentido de obter a indicação dos requisitos sanitários aplicáveis.

As Direções de Serviços de Alimentação e Veterinária Regionais/Regiões Autónomas ([DSAVR/RA](#)) dispõem da certificação sanitária oficial a emitir no contexto.



Novas Regras de transparência

Existem novas regras a nível da transparência e sustentabilidade do sistema da UE de avaliação de risco na cadeia alimentar.

As novas regras visam aumentar a transparência da avaliação de risco da UE em relação aos alimentos e alimentos para animais.

Consulte o diploma que entrou em aplicação dia 27 de março de 2021: [Regulamento \(UE\) 2019/1381](#).

Este regulamento altera os Regulamentos (CE) n.º 178/2002, (CE) n.º 1829/2003, (CE) n.º 1831/2003, (CE) n.º 2065/2003, (CE) n.º 1935/2004, (CE) n.º 1331/2008, (CE) n.º 1107/2009, (UE) 2015/2283 e a Diretiva 2001/18/CE.

Este Regulamento foi adotado em 2019 e surgiu na sequência de uma iniciativa de cidadania europeia.

A entrada em vigor do Regulamento marca um importante passo em frente na modernização da política de segurança alimentar da UE, e também um grande exemplo do impacto político direto de uma iniciativa de cidadania europeia.

› Saiba mais no [site da Comissão Europeia](#).



Manual de procedimentos «Homogeneidade e Contaminação cruzada no fabrico de alimentos para animais»

O Manual de procedimentos «Homogeneidade e Contaminação cruzada no fabrico de alimentos para animais – linhas de orientação e gestão» foi apresentado no Workshop SANAS que teve lugar online no dia 30 de março.

Elaborado pela DGAV com a colaboração da IACA, o Manual com as [linhas de orientação para a gestão da homogeneidade e das contaminações cruzadas](#), incluindo a transferência inevitável, durante o fabrico de alimentos para animais, de diretrizes relativas ao modo como devem ser implementadas e avaliadas as relevantes exigências legalmente requeridas aquando do fabrico de alimentos para animais, especialmente no que diz respeito aos alimentos compostos ou medicamentosos destinados a animais produtores de géneros alimentícios, bem como promover uma abordagem coordenada e harmonizada por parte das autoridades competentes.

› Saiba mais [aqui](#)



Proibição do uso de espécies botânicas que contenham derivados de hidroxiantracenos nos alimentos

Foi publicado o [Reg. \(UE\) 2021/468](#) da Comissão, de 18 de março de 2021, que altera o anexo III do regulamento (CE) n.º 1925/2006, no que diz respeito às espécies botânicas que contenham derivados de hidroxiantracenos, que proíbe a utilização nos alimentos de aloemodina, emodina, dantrona e extratos de aloé contendo derivados de hidroxiantracenos. O regulamento entra em vigor a 9 de abril de 2021.

Muitas plantas de diferentes famílias e géneros botânicos que contêm derivados de hidroantracenos são utilizadas nos suplementos alimentares.

A EFSA em [parecer de 2017](#) avaliou a segurança dos derivados de hidroxiantracenos que se encontram na raiz e no rizoma de *Rheum palmatum L.* e/ou *Rheum officianale Baillon* e/ou dos seus híbridos, nas folhas ou frutos de *Cassia senna L.*, na casca de *Rhamnus frangula L.*, na casca de *Rhamnus purshiana DC.* e nas folhas de *Aloe barbadensis Miller* e/ou de várias espécies de *Aloe*, principalmente *Aloe ferox Miller* e seus híbridos.

› Saiba mais [aqui](#)



Plano de contingência 'Popillia japonica'

A DGAV atualizou o seu Plano de contingência para a praga de quarentena prioritária 'Popillia japonica'.

Aceda à versão atualizada [aqui](#).



Obrigatoriedade da indicação da origem nos rótulos de mel – Esclarecimento técnico n.º 2/DGAV/2021

A DGAV alertou para a obrigatoriedade da indicação da origem nos rótulos de mel, através do Esclarecimento técnico n.º 2/DGAV/2021, que altera e revoga o Esclarecimento Técnico n.º 1/DGAV/2017.

Os operadores nacionais têm a obrigação de apresentar no rótulo a indicação do país ou países de origem do mel embalado em Portugal.

Consulte aqui o [Esclarecimento técnico n.º 02/DGAV/2021](#).



Novos Requisitos para Exportação para o Reino Unido

O fim do período de transição (31/12/2020), aplicado à saída do Reino Unido (excetp Irlanda do Norte) da UE, deu início a um período em que foram e serão ainda implementadas novas medidas em 3 fases, inicialmente a implementar a partir de 1 de janeiro, 1 de abril e 1 de julho de 2021.

Neste momento as datas de algumas das medidas foram adiadas para 1 de outubro de 2021 e janeiro de 2022, conforme refletido nos documentos seguintes:

- Requisitos aplicáveis a [Produtos de Origem Animal para Consumo Humano](#), [Subprodutos de Origem Animal](#), [Animais de Companhia Sem Carácter Comercial](#), [Animais Vivos e Produtos Germinais](#)
- Requisitos específicos para [cães, gatos e furões](#).



Regras fitossanitárias aplicáveis às trocas com a Grã-Bretanha - Atualização

No âmbito das regras fitossanitárias, o Reino Unido alterou igualmente o calendário relativo à entrada em aplicação das segunda e terceira fases do seu processo gradual com vista à implementação total dos controlos fitossanitários à importação de vegetais, produtos vegetais e outros objetos regulamentados na Grã-Bretanha, adiando-as para o início de 2022.

Neste sentido, a DGAV atualizou a informação pertinente através da publicação no Portal de versões revistas de vários documentos anteriormente disponibilizados e relativos aos requisitos fitossanitários aplicáveis ao movimento daquelas mercadorias entre a UE e a Grã-Bretanha, nomeadamente um [folheto](#), abrangente, e dois documentos sectoriais, um dedicado ao movimento de [plantas para plantação](#) e um outro incidindo sobre o movimento de [batata](#), para consumo e semente.



SINGAPURA – Consulta de estabelecimentos interessados em exportar carne de porco e produtos à base de carne de porco

No âmbito da habilitação de Portugal e dos seus operadores à exportação dos produtos acima mencionados, a DGAV endereçou um convite a todos os operadores interessados, a demonstrarem o seu interesse na exportação destes produtos, através do envio dos formulários de candidatura preenchidos para serem validados pela DGAV antes da sua submissão à SFA.

Os interessados deverão preencher os formulários de candidatura para [carne de porco](#) e [produtos à base de carne de porco](#), e endereçar à [Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária Regional](#) onde se encontra localizado o estabelecimento que se pretende candidatar à habilitação para exportação.

Para mais informações sobre os requisitos aplicáveis e processo de habilitação à exportação para Singapura, consulte o portal da [Singapore Food Agency](#).



TRACES-NT – Migração do módulo INTRA para o TRACES-NT

O módulo INTRA do TRACES Clássico irá migrar para o TRACES-NT. Antes do dia 1 abril 2021, os operadores, transportadores e autoridades competentes tiveram a possibilidade de se registar no TRACES-NT. Haverá ainda um período de transição de abril a outubro 2021 em que as duas plataformas poderão ser utilizadas, com preferência de uso do TRACES-NT.

Consulte as instruções de [registo](#) no TRACES-NT bem como o [manual](#) da Comissão Europeia.



Trioza erytreae – atualização da Zona Demarcada

A DGAV procedeu à publicação do [Despacho n.º 09/G/2021](#), de 10 de março, relativo à atualização da Zona Demarcada para *Trioza erytreae*, dando cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 5.º da [Portaria n.º 142/2020](#), de 17 de junho, que estabelece medidas de proteção fitossanitária adicionais destinadas à erradicação no território nacional do inseto de quarentena *Trioza erytreae*.



Declaração de Existências de Suínos (DES)

Durante o mês de abril, decorre mais um período obrigatório de Declarações de Existências de Suínos (DES), conforme [Aviso](#) PCEDA (Plano de Controlo e Erradicação da Doença de Aujeszky), da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, publicado [neste portal](#).

A declaração das existências de suínos poderá ser efetuada diretamente pelo produtor na [Área Reservada](#) do portal do IFAP, ou em qualquer departamento dos Serviços de Alimentação e Veterinária Regionais ou ainda nas organizações de agricultores protocoladas com o IFAP, através do [Modelo 800/DGV](#) desmaterializado.

Para o efeito, deverão ser seguidas as [instruções](#) constantes no Portal da DGAV.



Rinopneumonia equina

Na sequência de ocorrência de um surto de Rinopneumonia equina em Valência (Espanha), durante o mês de fevereiro, a DGAV publicitou em 10 de março informação sobre o assunto e sobre a não movimentação de equinos como medida de proteção.

De acordo com o histórico sobre a doença:

- 24 de fevereiro 2021 – foi notificado um foco de rinopneumonia equina (HVE-1) em Espanha. O foco foi confirmado pelo Laboratório Central Veterinário de Algete (Laboratório Nacional de Referência para As Doenças dos Equídeos), num centro equestre localizado no município de Godella (Valência), onde se realizou uma competição internacional de saltos a cavalo. Vários cavalos presentes no local do evento desenvolveram sintomatologia compatível com a doença, tendo sido confirmados vários casos.

- 3 de março 2021 – foram conhecidos 4 casos em Portugal, sendo que apenas 1 deles apresentava a forma neurológica da doença (em recuperação), os restantes apenas apresentaram sinais clínicos referentes à forma respiratória (tosse e corrimento nasal, durante 3 a 4 dias). Nenhum destes animais esteve presente no evento de Valência.

Consulte [aqui](#) informação sobre a rinopneumonia equina.



Prémio Nacional de Agricultura

Durante a 9ª edição do Prémio Nacional de Agricultura, que decorreu numa cerimónia online, no passado dia 24 de fevereiro, foi anunciado que o prémio Personalidade do Ano foi atribuído ao Sr. José António dos Santos, Presidente do Grupo Valouro, pelo seu percurso e relevante contributo para os setores da Agricultura, Agroindústria, Florestas e Pecuária.

O Prémio Nacional de Agricultura é uma iniciativa do Correio da Manhã, do Jornal de Negócios, em parceria com o BPI, e que conta com o patrocínio do Ministério da Agricultura. Criado com o objetivo de premiar os empresários e empresas portuguesas que se destaquem como casos de sucesso da agricultura em Portugal.

A edição de 2020, foi adaptada para se ajustar aos desafios que o setor enfrenta devido à pandemia de COVID-19, tendo as categorias sido ajustadas a esta nova realidade.

As 920 candidaturas a concurso foram avaliadas por Comitês Técnicos e por um Júri, de entidades ligadas ao setor, tendo sido consideradas cinco categorias a concurso – Jovens Agricultores, Empresário em Nome Individual, Empresas Agrodigitais, Empresas Exportadoras e Empresas Sustentáveis.

O evento, foi precedido por um debate sob o tema “Combater o desperdício alimentar em Portugal” que contou com a participação da Sr.ª Ministra da Agricultura, Maria Céu Albuquerque e com Isabel Jonet, Presidente da Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares Contra a Fome.

Maria do Céu Antunes, Ministra da Agricultura, salientou a importância do Prémio Nacional de Agricultura que “permite reconhecer as boas práticas das empresas e, sobretudo, das pessoas do setor. A Agricultura tem um papel determinante nos desafios colocados pelas alterações climáticas, no combate ao desperdício alimentar, e funciona como garantia de todo o sistema alimentar. Hoje, exige-se uma maior consciência ambiental e social, sem esquecer que é necessário continuar a garantir o rendimento agrícola e a alimentar as pessoas. A dimensão do combate ao desperdício alimentar exige um maior planeamento para fazer um ajustamento entre a oferta e a procura. É um desafio que exige a mobilização de cada um de nós”.

Isabel Jonet, Presidente da Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares Contra a Fome, destacou que o “desperdício alimentar é um absurdo económico, com enormes impactos ambientais e sociais. Mais de um terço dos alimentos produzidos não chegam aos pratos do consumidor, são desperdiçados. É algo que não podemos aceitar, quando os recursos são escassos e queremos proteger o ambiente e apoiar as famílias mais carenciadas. Temos de informar e mobilizar jovens e crianças para este desafio. O primeiro passo para combater o desperdício alimentar é reconhecer esse mesmo desperdício”.



Código de Conduta na Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos

A DGAV divulgou o [Código de Conduta na Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos](#) elaborado em conjunto com a ANIPLA, CAP, CONFRAGRI, CNA, AJAP e DRAPLVT.

Este código pretende apoiar os agricultores e outros utilizadores de produtos fitofarmacêuticos de utilização profissional, e embora sendo de utilização voluntária, assenta, todavia, em obrigações legais e recomendações de boas práticas que pretendem assegurar que, quando utilizados os produtos fitofarmacêuticos no domínio agrícola, florestal ou urbano, é salvaguardada a saúde e segurança, bem como assegurada a proteção dos recursos ambientais e naturais direta ou indiretamente.



Plano de contingência – Bactrocera dorsalis

Em conformidade com o estabelecido no Regulamento (UE) 2016/2031, relativo a medidas de proteção contra as pragas dos vegetais, a DGAV divulga o [Plano de Contingência – Bactrocera dorsalis](#), elaborado tendo em vista o estabelecimento das medidas de proteção a aplicar contra a introdução e a propagação no território desta praga prioritária de quarentena.



Plantas saudáveis, Planeta Saudável

Para promover a consciência da importância da saúde das plantas junto dos mais jovens a DGAV, em articulação com a FAO, promoveu a divulgação do [Livro Infantil – Plantas Saudáveis, Planeta Saudável](#).

Proteger a saúde das plantas é determinante para o suprimento alimentar do Homem e dos animais, mas também fundamental para a preservação da biodiversidade, da paisagem e da sustentabilidade dos territórios rurais.



Abertura de Mercado – Exportação de Produtos Carneos Processados de Aves para o Brasil

Foram estabelecidas as condições sanitárias para exportação de produtos cárneos processados de aves de Portugal para a República Federativa do Brasil.

O modelo de certificado acordado para as exportações em causa já se encontra disponível nas Direções de Serviços de Alimentação e Veterinária Regionais/Regiões Autónomas ([DSAVR/RA](#)).



Produção e Comercialização de Citrinos em Local Livre de Trioza erytrae

A DGAV publicou uma versão atualizada do documento [Requisitos Técnicos para Produção e Comercialização de Citrinos e Outras Rutáceas em Local Livre de Trioza erytrae](#) decorrente das alterações legislativas, entretanto ocorridas, e da experiência adquirida com a aplicação dos mesmos.



II Jornadas de Inovação e Valorização das Raças Autóctones

A Câmara Municipal do Fundão, em parceria com a Direção Geral de Alimentação e Veterinária, a Equipa d’Alpetratina, o Instituto Politécnico de Castelo Branco – Escola Superior Agrária de Castelo Branco e a Ovibeira, promoveram nos dias 11 e 12 de março, em formato online, as *Segundas Jornadas de Inovação e Valorização das Raças Autóctones Portuguesas*.

A DGAV participou em duas vertentes complementares, a vertente da saúde animal através da aposta em conhecimento genético para uma maior adaptabilidade das raças autóctones em face de determinadas doenças e a aposta na aplicação de normas de biossegurança como forma de prevenção de doenças nas explorações pecuárias.

A DGAV participou também no módulo da inovação numa parceria com o laboratório colaborativo a *Food4sustainability* sob o tema “Desafios à implementação de sistemas de rastreabilidade com vista à valorização de produtos de raças autóctones”.

Destaques do mês



Portal da DGAV

Ano 2021

> Aceda através do endereço www.dgav.pt

não paramos
ESTAMOS ON

Medidas de resposta à COVID-19

Ano 2021

> [Ver mais](#)



Prevenção da Peste Suína Africana 2019-2021 – Plano de ação

Ano 2019-2021

> [Ver mais](#)

Consciencialização sobre perdas e desperdício alimentar



Desperdício Alimentar



Sabia que:



O que fazer para combater o Desperdício Alimentar



Como aproveitar os alimentos que já não podem ser destinados à alimentação humana

Livro das Raças Autóctones Portuguesas



> [Ver mais](#)

A DGAV mais perto

